

Comissão nacional para a Rio+20 dá seus primeiros passos; mas há muito por se fazer.

Texto de Rubens Harry Born, do Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, representante do FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Desenvolvimento e Meio Ambiente na Comissão Nacional da Rio+20. Contatos: www.vitaecivilis.org.br e rborn@vitaecivilis.org.br

Escopo:

Criada em junho a Comissão Nacional, em suas duas reuniões (01 de julho e 08 de agosto de 2011) ficou claro que o governo e a sociedade brasileira terão muito por fazer para que a Rio+20 possa ser útil e relevante politicamente na busca das ações concretas de transição para uma nova economia e assegurar a integridade ambiental e justiça social no desenvolvimento humano.

Esse texto apresenta informes sobre a Comissão Nacional para Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

A Comissão Nacional

A Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou simplesmente Comissão Nacional da Rio+20, foi criada pela Presidente da República em solenidade no Palácio do Planalto no dia 07 de junho passado, com a presença de parlamentares, ministros, dirigentes de órgãos públicos, integrantes de organizações da sociedade civil, e para dar o marco formal ao processo de engajamento de todo o governo e da sociedade no processo da Rio+20.

Nos termos do Decreto nº 7.495, de 7 de junho, “compete à Comissão Nacional promover a interlocução entre os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil com a finalidade de articular os eixos da participação do Brasil na Conferência Rio+20”. O decreto também definiu a composição da Comissão e criou ainda o Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, doravante denominado Comitê Nacional de Organização; e a Assessoria Extraordinária para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, doravante denominada Assessoria Extraordinária, no âmbito do MMA – Ministério do Meio Ambiente.

Tínhamos a expectativa de que uma instância nacional, como a Comissão, tivesse sido criada ainda no início de 2010, uma vez que a realização da Rio+20 foi definida pela ONU em dezembro de 2009 pela Resolução nº 64/236 de sua Assembléia Geral, por um lado, sendo que a primeira sessão do Comitê Preparatório (PrepCom) aconteceu em maio de 2010, ocasião em que participamos para dar continuidade aos contatos que vinham sendo feitos pelo FBOMS e pelo Vitae Civilis com parceiros da sociedade civil de outros países (leia relatório na página www.vitaecivilis.org.br). O atraso na constituição de uma instância nacional é ainda mais surpreendente pois partiu do então Presidente Lula, em 2007, a proposta que o Brasil fez para a ONU de se realizar uma Conferência global para lidar com os desafios do desenvolvimento sustentável.

As duas primeiras reuniões da Comissão Nacional aconteceram em Brasília, nos dias 01 de julho e 08 de agosto de 2011, e em seguida apresentarei alguns dos principais aspectos abordados nessas ocasiões.

Sociedade civil brasileira e a Comissão Nacional da Rio+20.

Nos termos do decreto citado, compõem a Comissão dois representantes titulares (e dois suplentes) da comunidade acadêmica; dos povos indígenas; povos e comunidades tradicionais; dos setores empresariais; dos trabalhadores; das organizações não governamentais; e finalmente dos movimentos sociais. Foram convidados a integrar a Comissão representantes do Congresso Nacional, do Poder Judiciário, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, com respectivos suplentes.

O Decreto é claro no parágrafo 4º. do seu artigo 3º.: "§ 4º A participação na Comissão Nacional será custeada pelo órgão ou entidade de origem de cada membro". Enfim, o Estado Brasileiro não proverá recursos para a participação de interlocutores de grupos da sociedade civil. A Portaria Interministerial Nº 217, de 17 de Junho de 2011, divulgada em 20/6, estabeleceu os procedimentos para designação dos representantes da sociedade civil na Comissão e deu o prazo até 29/6 para as indicações. Tendo em vista um feriado e final de semana prolongado, tivemos seis (6) dias úteis somente para proceder as consultas e articulações voltadas a resolver questões como: devemos participar da Comissão e em que condições? Como estabelecer indicações que possam espelhar as mais amplas articulações e perspectivas da sociedade civil? .

Ainda um dia antes de findo o prazo de indicações, recebi um telefonema de interlocutor do governo indagando se havia obstáculos, inclusive políticos, à disposição de participação de OSC – organizações da sociedade civil na Comissão Nacional, uma vez que até aquele momento poucas inscrições haviam sido recebidas. Em cunho pessoal compartilhei minha apreensão pelas dificuldades resultantes do curtíssimo prazo para as consultas destinadas a escolha de representantes, por um lado, e a provável baixa efetividade da abertura à participação, por outro lado, uma vez que organizações da sociedade civil, especialmente de povos indígenas, movimentos sociais, de trabalhadores e de ONGs, não dispõem de recursos orçamentários para fazer a interlocução com governos e com órgãos da ONU em processos como esse da Rio+20, deflagrados pelos Estados-Membros das Nações Unidas. Não obstante, informei que diversas redes e alianças reunidas no Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 vinham fazendo suas consultas internas e inter-institucionais para trazer as suas contribuições ao Brasil e à ONU por meio dessa Comissão Nacional.

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20 - CFSC Rio+20 (ver página www.rio2012.org.br) foi criado em novembro de 2010, tendo o FBOMS como uma das organizações que deflagram consultas, desde maio daquele ano, junto a interlocutores de várias redes e alianças, entre as quais RMA – Rede de ONGs da Mata Atlântica , Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, CUT – Central Única dos Trabalhadores, Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Plataforma do Marco Regulatório de OSC, GRAP/Fórum Social Mundial. No âmbito do CFSC, em especial de seu GA – Grupo de Articulação (então denominado de Coordenação do CFSC) houve diálogo visando verificar que redes e coletivos desejavam participar e qual seria a melhor

forma de valorizar a diversidade de organizações e perspectivas. Como resultado das consultas e debates, o CFSC resolveu endossar a indicação feita por diversas redes e coletivos que, nos termos do Decreto e Portaria, indicaram de forma autônoma seus interlocutores na Comissão Nacional.

O Anexo I traz a relação de representantes na Comissão. O CFSC endossou indicações de trabalhadores, de ONGs, de movimentos sociais, de populações tradicionais, dando conta de que não será estabelecida “diferenciação na participação dos membros titulares e suplentes, no que diz respeito ao direito à voz e outras manifestações cabíveis das suas redes de influência (por exemplo, o direito de convidar até dois observadores por cada entidade)” conforme expresso em mensagem eletrônica despachada pelo MMA em julho.

A primeira reunião da Comissão Nacional em 01/julho

Realizada em 01 de julho, no Palácio do Itamaraty, Brasília, entre 10 e 13h. Contou com mais de 80 participantes, inclusive seis ministros, senadores e deputados federais, representantes de estados e municípios, da comunidade científica, do setor privado. Dos demais setores da sociedade estavam presentes somente Carmem Foro, pela CUT – Central Única dos Trabalhadores, e Rubens Harry Born, pelo FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ambas organizações integrantes do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para Rio+20.

Ministros e outras autoridades apresentaram suas expectativas e abordagens para a Conferência Rio+20 e o papel do Brasil. Tive a impressão, ao escutar sem qualquer interpretação mais firme, de que as visões predominantes tendem a indicar que o Brasil já está muito bem a caminho do “desenvolvimento sustentável” e que muito fez para isso desde a Rio-92. O ex-presidente e atual senador Fernando Collor ressaltou a importância de um envolvimento direto dos ministros e da Presidente da República nas articulações e negociações preparatórias a fim de se garantir a presença de outros chefes de Estado e de Governo e a relevância política da Rio+20.

Depois das intervenções das autoridades federais, demais membros da Comissão nacional puderam falar, não mais que uma vez e limitados a 3 minutos cada. Carmen Foro, da CUT, destacou alguns dos graves problemas enfrentados pelo Brasil na proteção dos trabalhadores e da sustentabilidade ambiental, lamentando ainda a ocorrência de assassinatos de pessoas e lideranças que lutam por trabalhos decentes e justas condições de vida no campo ou nas cidades. Rubens Born destacou a expectativa de muitos grupos da sociedade, no Brasil e em outros países, de que a Rio+20 possa ser, sem abrir mão da avaliação dos obstáculos e lacunas na implementação de acordos de desenvolvimento sustentável, uma oportunidade de Estados engendrem as medidas e ações efetivas para acelerar a transição para essa nova economia, ambientalmente equilibrada. Destacou que obras e programas governamentais e privados, como usinas hidrelétricas ou atividades agrícolas devem observar rigorosamente a legislação nacional. Disse ainda haver expectativa de que o Brasil não admita retrocessos na legislação ambiental (por exemplo no Código Florestal) ou o abandono de programas e iniciativas (exemplo Agenda 21) que nos servem de instrumentos participativos

para a transformação do modelo de desenvolvimento à luz dos ideais da sustentabilidade e da democracia.

Comentários

Foi somente uma reunião de "instalação" da Comissão, e a Ministra Izabella Teixeira do MMA e o Ministro Antonio Patriota, do Ministério de Relações Exteriores anunciaram a expectativa de que a partir da segunda reunião serão efetivadas as tarefas que cabem à Comissão, como por exemplo, colher as contribuições da sociedade e do governo para as posições do Brasil junto à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável 2012, a Rio+20.

Alguns ministros ou representantes de ministérios (por exemplo da Fazenda) referiram-se à Rio+20 como uma conferência ambiental, uma vez que "trata do desenvolvimento sustentável". Ficou claro que mesmo no âmbito do Governo ainda há idéias totalmente diversas, quando não equivocadas, sobre o que de fato é ou pode ser o desenvolvimento sustentável.

A UNCSO 2012 não é uma conferência meramente ambiental! Nem sobre economia ou questões sociais. É sobre sustentabilidade e a urgente necessidade de transformação das políticas e das dinâmicas econômicas do "desenvolvimento" humano. Nem deve ser uma conferência que deve ficar limitada a resolver os impasses nas negociações de uma convenção (por ex: mudanças de clima). Terá que resgatar parte do "espírito da Rio-92" e trazer diversos movimentos e segmentos da sociedade civil, do Brasil e do mundo.

Tenho a convicção que a ausência percebida (muitas cadeiras vazias) de colegas de movimentos sociais, populações tradicionais, ONGs, povos indígenas estava ligada às dificuldades de custear o deslocamento para Brasília, ainda mais para uma reunião tão convocada com tão pouca comunidade. Representantes indicados foram contatados, mas a portaria com a nomeação oficial dos mesmos seria divulgada posteriormente, para permitir ajustes e adequações aos requisitos formais, segundo o MMA.

Outra impressão foi de que as reuniões seguintes terão similar formato, tratando-se de espaço em que serão conhecidas as posições gerais de cada um dos segmentos lá representados. Mas os trabalhos específicos e concretos serão desenvolvidos por equipes próprias do Governo e pelas entidades que tiverem condições de levar adiante seu respectivo engajamento no processo da Rio+20.

Entendo que seja reflexo de decisão autônoma a participação na Comissão Nacional ou no CFSC de redes, alianças e coletivos da sociedade civil. O CFSC não pretende nem deve ser algo que possa competir, substituir ou cancelar qualquer rede existente. Pretende facilitar o diálogo entre diversos coletivos (redes, fóruns, alianças) que lidam com vários temas e perspectivas pertinentes à agenda da Rio+20, de tal forma que possamos ter melhor articulação e sinergia entre nossas iniciativas, respeitada a autonomia de cada rede/coletivo em firmar suas próprias posições e demandas. Nesse sentido, o FBOMS como uma das alianças que ajudou a criar o CFSC, por um lado, e foi elo de articulação da sociedade civil em outras conferências da ONU no Brasil (Rio-92, CoP das Convenções de Biodiversidade e de Desertificação) e no exterior, deve buscar mobilizar seus integrantes para, de forma realista e crítica, estar atento aos processos oficiais do Governo Brasileiro e da ONU relativos à Rio+20.

Cabe também destacar que a UNCSO 2012 não é uma conferência meramente ambiental! Nem sobre economia ou questões sociais. É sobre sustentabilidade e a urgente necessidade de transformação das políticas e das dinâmicas econômicas do "desenvolvimento" humano. Nem deve ser uma conferência que deve ficar limitada a resolver os impasses nas negociações de uma convenção (por ex: mudanças de clima). Terá que resgatar parte do "espírito da Rio-92" e trazer diversos movimentos e segmentos da sociedade civil, do Brasil e do mundo.

A segunda reunião da Comissão Nacional, Brasília 08 de agosto

Essa segunda reunião também durou aproximadamente três horas, tendo sido iniciada por volta das 17h de uma segunda-feira, 8 de agosto. Realizada em 01 de julho, no Palácio do Itamaraty, Brasília, entre 10 e 13h. Sala bem mais cheia que a primeira reunião, com mais de 90 pessoas. Presentes, além do ministro das Relações Exteriores - Antônio Patriota e da ministra do Meio Ambiente - Izabella Teixeira, co-presidentes da Comissão, os Ministros José Elito Carvalho, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, Aloizio Mercadante - **ministro da Ciência e Tecnologia**, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - **Tereza Campello**, o senador e presidente da Comissão de Meio Ambiente Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o senador Fernando Collor (PSB-DF) e o senador Cristovam Buarque (PDT/DF), o deputado federal Alfredo Sirkis, a deputada estadual do RJ Aspásia Camargo (que foi secretária executiva do MMA na época da Rio+5).

Dessa vez havia mais participantes da sociedade civil, além da CUT e do FBOMS, estavam presentes também interlocutores de populações indígenas, do GTA - Grupo de Trabalho Amazonico, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, entre outros. Mas continuaram a existir cadeiras vazias, o que reforça a tese de que a participação não se efetiva em virtude de falta de condições financeiras para isso.

A reunião seguiu estritamente a pauta previamente anunciada:

1. Apresentação de ferramentas para estratégia de comunicação da Secretaria da Comunicação da Presidência da República - SECOM/PR
2. Apresentação pela Secretaria Geral da Presidência - SG/PR de atividades com a sociedade
3. Apresentação de informações atualizadas sobre aspectos logísticos da Conferência pelo Secretário Nacional do Comitê Nacional de Organização
4. Representação da sociedade na Comissão Nacional - indicação de membros titulares e suplentes
5. Debate substantivo da Comissão. Programa de trabalho para a Comissão Nacional. Processo de consultas.

Aqui seguem alguns destaques dos debates sobre os temas da pauta:

1. Estratégia de comunicação

Por se tratar de um grande evento global, de caráter político e distinto, portanto de outras mega eventos no Brasil na área de esportes, o Governo pretende usar de várias ferramentas e modalidades de comunicação, em todas as mídias: internet, TV, rádio, materiais promocionais, presença em congressos e feiras, etc. Anunciou que haverá blog, portal do evento Rio+20 e programas informativos e de debates

na EBC – Empresa Brasileira de Comunicação (TV Brasil) e na Voz do Brasil, além de boletins eletrônicos e página na internet em três idiomas. Serão elaboradas também vinhetas específicas para inserção nos canais de comunicação da EBC, estímulos para atividades de blogueiros e redes sociais. Haverá presença especial em eventos da ONU , do G-20 , no Fórum Econômico de Davos, etc. para poder ajudar a dar a visibilidade mundial que a Rio+20 requer, contando a SECOM com a ajuda do MRE e das Embaixadas brasileiras. Pretendem também realizar seminários com jornalistas no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. Será produzida a exposição “Rio-92 à Rio+20”, que será instalada em aeroportos, locais públicos e terá uma versão em internet.

No primeiro semestre de 2012, o governo pretende realizar um “Road-show” sobre a Rio+20 para atingir jornais e veículos de mídia em diversas cidades, tais como Londres, Washington, Shanghai, e promover “press-trips” , viagens para jornalistas conhecerem casos concretos pertinentes à pauta da Rio+20.

Deputado federal A. Sirkis lemboru que nada garante que a Rio+20 seja exitosa no tocante ao seu objetivo político, de resgatar os compromissos e acelerar a transição para a sustentabilidade do desenvolvimento. Disse que parte do eventual sucesso depende da presença de Chefes de Estado, dos resultados na próxima Conferência das Partes da Convenção de Mudanças de Clima (CoP-17, Durban, dezembro de 2011) e de haver maior “ambição” política nos debates e no equacionamento dos desafios sobre governança global e sobre governança ambiental. A Ministra da Cultura afirmou que “cultura” deveria ser o “quarto pilar” dos debates sobre desenvolvimento sustentável (que no senso comum envolveria somente 3 dimensões: econômico, social e ambiental). Senador Christovam Buarque lembrou a relevância da educação. O ministro de Ciência e Tecnologia, A. Mercadante, reiterou a importância de se disseminar o papel da tecnologia e do desenvolvimento científico.

Comentários e perguntas

A relevância política e o êxito da Rio+20 dependem claramente de ampliar a visibilidade pública e a mobilização social para que se possa ter “massa crítica” e demanda de medidas consistentes com a busca da sustentabilidade e compromissos firmados nas últimas duas décadas. Ocorre que nesse contexto mundial de crises econômicas, governos, mídia, lideranças empresariais tem afetado a atenção, e concentram-se nos seus interesses mais imediatos e à luz do “business as usual”, ou seja nos modelos usuais de crescimento econômico e desenvolvimento insustentável.

Há que se ficar atento, pois embora os meios e as ações descritas possam ser muito relevantes, fundamental é conhecer enfoques e narrativas que estarão presentes nas peças e instrumentos de comunicação. Serão estímulos reais, francos, honestos para se debater os dilemas da transição para uma nova economia e para a construção de governança? Ou será mera propaganda do que vem sendo considerado como feitos e avanços no desenvolvimento sustentável? Além das fotos de fauna e flora da Amazônia, de plantações de cana de açúcar e carros com etanol, do Corcovado e da Praia de Copacabana, o que mais estará dito e apresentado nessas ferramentas do Governo. Falar-se-á dos desafios de evitar retrocessos no Código Florestal? Ou as peças vão transcender o Brasil e abordar desafios universais e mundiais de se resolver garantir saneamento, alimentos e

águas, por exemplo, para todos, indo além das metas e objetivos do milênio da ONU , em que se busca resolver somente 50% do acesso de quem ainda não tem saneamento?

Enfim, necessário ter uma avaliação e monitoramento firme das ações de comunicação, para evitar que tudo se transforme em propaganda colorida de rosa, amarelo, verde ou azul de selecionadas iniciativas, enquanto no geral pouca há de incorporação de integridade ambiental e justiça social no desenvolvimento econômico, visto que a pobreza e a degradação ambiental continuam a atingir milhões de pessoas.

2. Apresentação pela Secretaria Geral da Presidência - SG/PR de atividades com a sociedade

Foi informado que as dezoito (18) conferências nacionais (sobre temas setoriais) que acontecerão até junho de 2012 incluirão a Rio+20 como parte de sua pauta. Devo registrar que em outro evento que participei recentemente, representante do Ministério do Meio Ambiente afirmou que não será realizada a conferência nacional sobre meio ambiente nesse período.

A SG/PRE disse também que a Rio+20 já está sendo abordada pelo Fórum Inter-Conselhos do Governo Federal. Destacou o diálogo com e apoio para a organização do FSM – Fórum Social Mundial, que em janeiro de 2012 terá a Rio+20 como “tema” . Afirmou-se que será muito ativa em promover o diálogo entre governos, organizações da sociedade civil – OSC e empresas, e buscará mediante a produção de um documentário valorizar as experiências e processo de democracia participativa no Brasil.

A representação do GTA – Grupo de Trabalho Amazônico solicitou que o Fórum Internacional sobre florestas estivesse inserido na agenda oficial do processo para a Rio+20. Marcos Terena, um dos interlocutores indígenas, descreveu a iniciativa Kari-Oca II e pediu amplo apoio para que sejam debatidos os desafios apontados pelos indígenas quanto à defesa de seus territórios, cultura, etc.

Comentários e perguntas

Interlocutores do CFSC tem mantido contato com a SG/PRE, que a meu ver tem se mostrado bem disposta a aprofundar diálogo com sociedade civil e prover condições de real participação. Quando da edição do decreto que criou a Comissão Nacional, sugeri que redes e coletivos que participam do CFSC, entre eles o FBOMS, pudessem, preferencialmente de forma articulada, dialogar sobre:

(1) cronograma e metodologia de interações governo-sociedade que ajudem a mobilização e sensibilização, de forma a tanto dar capilaridade aos debates dos temas associados à Rio+20 (erradicação da pobreza, integridade ambiental, transição para uma nova economia, etc), bem como apontar meios e oportunidades para fortalecer iniciativas que emergem e são desenvolvidas a partir de OSC;

(2) encontrar meios para superar as limitações materiais de participação e o disposto no parágrafo 4º. do seu artigo 3º do decreto 7495, acima mencionado, quanto ao custeio de envolvimento na Comissão Nacional.

(3) identificar outros processos e eventos, além do FSM, que podem contribuir para o diálogo com e mobilização da sociedade civil

Em uma de minhas intervenções na reunião, reiterei o que eu já vinha sugerindo em outros eventos em nome do FBOMS: de que a Rio+20, para ter relevância global do ponto de vista de mobilização da sociedade e de impactos em políticas, possa ser algo além de um conjunto de eventos no Rio de Janeiro. De que, por exemplo, Embaixadas brasileiras possam abrir suas portas para OSC durante os dias da conferência, como extensão do território brasileiro, e mediante o uso de tecnologias de comunicação, permitir que cidadãos no Cairo, Santiago do Chile, Bangkok, Paris, Joanesburgo, etc possam participar de forma interativa ; que agências e órgãos da ONU ao redor do mundo façam iniciativas similares. Enfim, que Brasil e ONU possam se “aproximar” do povo...Que os eventos nessas cidades sejam considerados como parte do processo global da Rio+20, fortalecendo assim a “massa social e crítica” mobilizada para a construção da nova economia e da governança.

O diplomata brasileiro encarregado dos aspectos logísticos de organização da Rio+20 informou que faz parte dos planos possibilitar a transmissão on-line pela internet e o uso de outras ferramentas para ampliar a participação na Rio+20.

3. Apresentação de informações atualizadas sobre aspectos logísticos da Conferência pelo Secretário Nacional do Comitê Nacional de Organização

O destaque nesse tema foi o anúncio de que o local inicialmente pensado para abrigar a conferência (região portuária do Rio de Janeiro) teve que ser desconsiderado por razões de segurança (segundo afirmou o ministro José Elito Carvalho, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência). A opção agora passou a ser o que antes seria o plano B: o complexo RioCentro, local de eventos situado a mais de 20 km da área central do Rio de Janeiro, e que abrigou a Rio-92. O diplomata Laudemar Aguiar Neto, do Itamaraty, responsável pela organização logística da Rio+20 afirmou que haverá espaços no RioCentro para grupos da sociedade.

Vale lembrar que a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (a Rio+20) acontecerá dias 4 a 6 de junho de 2012 (segunda a quarta feira); sendo antecedida pela terceira sessão do Comitê Preparatório –PrepCom uma semana antes (28 a 30 de maio). Há um intervalo de quatro dias (31/maio a 3 de junho), no qual o Governo Brasileiro pretende, com o apoio da ONU, realizar debates com a sociedade civil (temas e metodologias ainda não estão definidos), embora fale-se em escolher 4 a 8 temas ou eixos (exemplo: vulnerabilidades sociais e ambientais perante crises econômica e ecológica) ou dimensões (social, econômica, ambiental e de governança). Nesses quatro dias intermediários certamente diplomatas e negociadores estarão ainda envolvidos com as negociações para finalizar a eventual declaração política e de compromissos que se espera seja assinada pelos Chefes de Governo e de Estado no final da Rio+20.

No final de semana anterior ao PrepCom, ou seja em 26 e 27 de maio de 2012, provavelmente serão realizados eventos e manifestações de distintos grupos da sociedade civil. Enfim, haverá um período de mais de 10 dias de debates, eventos, articulações e manifestações associados à realização da Rio+20.

Comentários e questões:

Seja no âmbito do FBOMS ou do CFSC já foram levantadas questões de como articular as iniciativas de OSC que atuarão na Conferência oficial com aquelas que acontecerão em espaços mais centrais da cidade, associadas ou não à Cúpula dos Povos, conjunto plural de ações de redes e grupos da sociedade. Além dos problemas de mobilidade e comunicação interativa, surgiram questões de como fazer ecoar as demandas de quem está “de fora” para dentro do processo da ONU, bem como colher informações do que acontecerão nas negociações.

4. Representação da sociedade na Comissão Nacional – indicação de membros titulares e suplentes

Foi relatado brevemente o processo estabelecido pela Portaria Interministerial que regulamentou a identificação de interlocutores da sociedade civil na comissão Nacional. A Ministra Izabella Teixeira disse que estava ainda pendente a escolha de uma vaga de titular e respectivo suplente da comunidade empresarial (a ser resolvido entre CEBDS – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e Instituto Ethos de Responsabilidade Social). Ela solicitou que os diversos ministérios designem “pontos focais” para agilizar as providências que cabem ao governo.

5. Debate substantivo da Comissão. Programa de trabalho para a Comissão Nacional. Processo de consultas.

Foi apresentado o documento **Processo de preparação do Brasil para a Conferência Rio+20** elaborado pelo MRE (leia Anexo 2 que serviu de guia para o item 5 da Agenda), bastante genérico nas informações sobre a Conferência e o papel do Brasil. Mas o documento e os ministros do MRE e do MMA destacaram o processo de consulta que pretendem realizar para subsidiar a formulação das posições do país na Rio+20. Está escrito o que segue no documento (grifos meus):

Com o objetivo de garantir processo inclusivo e transparente de elaboração das propostas do Brasil para a Conferência, e reconhecendo o papel fundamental que todos os setores da sociedade desempenham na busca do desenvolvimento sustentável, a Comissão realizará, por meio da Secretaria Executiva, amplo processo de consultas com representantes do Governo e da sociedade nos meses de setembro e outubro de 2011. Os resultados dessas consultas serão avaliados pela Comissão Nacional em meados de outubro, o que permitirá ao Governo brasileiro obedecer ao prazo de envio de suas contribuições ao Secretariado da ONU, a saber, o dia 1º de novembro próximo. A partir dessas contribuições, o Secretariado da ONU preparará uma primeira minuta do documento final, que deverá ser objeto de negociações formais, com vistas à sua adoção durante a Conferência.

Esse item da pauta foi o que demandou mais tempo e teve maior número de intervenções. Falaram os parlamentares, o Ministro Antonio Herman Benjamin do STJ – Supremo Tribunal de Justiça, representantes de estados e municípios, ministros. Por exemplo, Carmen Foro, da CUT, destacou a perspectiva sobre trabalho decente e das transformações econômicas que possam ser compreendidas pela população em torno do tema de economia verde; a deputada estadual Aspásia Camargo sublinhou seis temas, entre os quais a transição para uma economia de

baixo carbono, as ações e investimentos em saneamento e a valorização de instrumentos econômicos que facilitem a reciclagem de resíduos e a conservação ambiental.

Tive a oportunidade de lembrar que, contrariamente à expectativa implícita na fala de algumas pessoas de distintos setores governamentais e privados, a transição para uma nova economia não será função somente e exclusiva de iniciativas das empresas e do chamado "mercado", mas dependerá da transformação de políticas públicas nas áreas fiscal, monetária, comércio exterior, desenvolvimento urbano, agricultura, etc. Que o debate sobre governança do desenvolvimento sustentável não pode ser reduzido e limitado às questões de governança ambiental na esfera global, embora esse campo precisa ter avanços depois de mais de 20 anos de debates (uma nova organização global ambiental? Fortalecer o PNUMA? Extinguir ou reformar a Comissão de desenvolvimento sustentável?). Que será necessário, nos debates de governança, elucidar dilemas sobre os papéis de instituições financeiras multilaterais e do G-20 e suas relações com a ONU.

O documento do governo apresentou algumas questões iniciais para o debate, segundo os seguintes eixos

O Brasil e a Conferência

Objetivo da Conferência

Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza

Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável

Comentários e desafios

O grande desafio para OSC e movimentos sociais no curto prazo refere-se ao processo de consultas para a formulação das posições do Brasil na Rio+20. Organizações da sociedade civil, suas redes e alianças terão que ser muito, muito ágeis, se quiserem aproveitar a oportunidade de oferecer ao Brasil (por intermédio desse processo de consultas) ou diretamente para a ONU (por intermédio de OSC e movimentos sociais cadastradas no site da Rio+20 - www.uncsd2012.org) até 01 de novembro (prazo dado pela ONU) suas visões, experiências, demandas nos temas da Conferência.

Caberá ao **CFSC** alertar as redes e coletivos que o constituem sobre essas consultas e oportunidades, sendo de iniciativa de cada uma das redes colher na sua experiência e conhecimento acumulado as propostas que desejem eventualmente apresentar publicamente. A não apresentação de contribuições nesse processo de consulta nacional ou junto à ONU no prazo estabelecido poderá limitar muito o atendimento de expectativas que possam existir quanto à consideração e à incorporação de visões, propostas e lições que trazem as OSC e movimentos sociais.

No caso do **FBOMS**, que tem longa história de envolvimento de seus integrantes - ONGs e movimentos sociais - nos debates sobre as várias dimensões da sustentabilidade do desenvolvimento, ainda mais tendo em vista as suas contribuições e papéis na Rio-92, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo-2002 ora chamada de Rio+10), há legado importante dos debates anteriores e que continua válido e relevante em pleno início da segunda década do século XXI (talvez sinal de que pouco se avançou no campo da

implementação dos compromissos dos acordos de tais conferências). As plataformas de 2002 (Brasil: a sustentabilidade que queremos) e de 2008, elaboradas a partir de contribuições de seus integrantes e dos grupos de trabalho, podem servir de ponto de partida para a edição de propostas, que certamente serão incrementadas em função de análises dos temas emergentes, novas lições e experiências, etc.

Por outro lado, reconhecendo a diversidade e complexidade de alianças e redes, e dos temas a que se dedicam, será importante tentar articular análises e propostas, mitigando eventuais reflexos de arranjos e visões fragmentadas ou parciais.

Consulta MRE com sociedade internacional, 19 de agosto , Rio de Janeiro

Estive presente, em nome do FBOMS e como membro da Comissão Nacional, no encontro de "Consultas com a Sociedade Civil Internacional" realizado em 19 de agosto pelo Ministério de Relações Exteriores no Rio de Janeiro. Foram convidados os membros da Comissão Nacional que são representantes de todos os segmentos da sociedade e representantes dos "major groups"(grupos principais) junto à Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Houve baixíssima presença de representantes vindos de outros países, e diversos "major groups" se fizeram representar pelos seus elos no Brasil (por exemplo, a ICSU – Interntional Council of Scientific Unions, os grupos religiosos). Evidente que a falta de apoio logístico e financeiro da ONU e do Governo Brasileiro reflete na baixa participação de alguns segmentos da sociedade. Com baixa presença de pessoas de outros países perdeu-se uma oportunidade de conhecer perspectivas não-brasileiras às questões de conteúdo e do processo da Rio+20.

A agenda de um dia inteiro de debates foi organizada em três partes:

PARTE I - OBJETIVOS DA CONFERÊNCIA

Discussão sobre os objetivos da Conferência:

- avaliação de resultados e o olhar para o futuro
- avaliação do progresso e das lacunas na implementação dos principais acordos e decisões das conferências sobre desenvolvimento sustentável;
- identificação dos temas novos e emergentes do desenvolvimento sustentável.

Discussão sobre os objetivos da Conferência: renovando o compromisso político com o desenvolvimento sustentável

- quais são as propostas da sociedade civil para a renovação do compromisso político com o >desenvolvimento sustentável durante a Conferência?

PARTE II - TEMAS DA CONFERÊNCIA

A Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza

- para a sociedade civil, o que é a economia verde e como poderá ela contribuir para o desenvolvimento >sustentável e a erradicação da pobreza? Quais exemplos deveriam ser seguidos?

A Moldura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável

- quais são as propostas da sociedade civil para que as instituições nacionais e internacionais contribuam de forma mais eficiente para o desenvolvimento sustentável?

PARTE III - ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

- Organização da Conferência: estágio atual

Presentes representantes da ONU (um dos dois coordenadores executivos da Rio+20, Sr Brice Lalonde, que já foi ministro de meio ambiente da França), de ministérios, do setor privado, sindicatos, ONGs, indígenas. Na véspera, 18 de agosto, para tratar das expectativas da sociedade civil em relação à ONU e ao processo da Rio+20, Brice Lalonde reuniu-se com pequeno grupo de interlocutores do CFSC (Iara Pietricobsky, pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Fátima Mello, pela Rebrip – Rede Brasileira de Integração dos Povos, Rubens Born, pelo FBOMS, e Aron Belinky, do Vitae Civilis, e que junto com Iara exerce o papel de contato com o Comitê Organizador da ONU para a Rio+20).

Entre as várias intervenções na reunião do MRE ficou claro que não se deve colocar atenção somente sobre os “novos” temas emergentes, uma vez que a resolução dos problemas de “antigos temas” não prosperou em função da persistência do modelo de desenvolvimento altamente insustentável e da fragilidade acentuada dos Governos, especialmente nas últimas duas décadas, de implementar políticas. Enfim, ficou claro que se trata de opções políticas por prioridades e valores que possam servir de alicerces para a transformação da sociedade, dos governos e das empresas.

Alguns participantes, entretanto, ressaltaram temas, que independentemente de serem novos ou antigos, não tiveram a evidência e relevância nas conferências da ONU nos anos 1990, entre os quais os de cidades e qualidade de vida da população urbana, fomento ao uso de energia renovável. Questões ligadas aos preconceitos e discriminação racial, étnica, cultural e religiosa, bem como os desafios da sobrevivência e do respeito aos povos indígenas foram destacados por colegas do CFSC.

Foi reiterada a importância do foco na erradicação da pobreza. Diversos participantes, do Brasil ou do exterior, ressaltaram a expectativa de uma liderança substantiva do governo brasileiro nas negociações que permitam fazer da Rio+20 um processo relevante para o avanço das transformações políticas e econômicas, em vez das saídas paliativas que vem prorrogando o atual modelo insustentável.

Um dos itens que mostrou a diversidade de perspectivas foi o relativo ao como valer-se dos quatro dias intermediários entre o Prepcom final e a Conferência Rio+20: devem servir somente de diálogo em temas pré-definidos pelo governo brasileiro ou pela ONU, ou poderão servir de elo de comunicação entre amplo conjunto de iniciativas, incluindo a Cúpula dos Povos, e os representantes dos Estados-membros da ONU? Quais serão os eixos articuladores dos debates e diálogos que poderão acontecer nesses dias de forma a impactar o encontro de Chefes de Estado e de Governo? Como construir até final de maio de 2012 esse

diálogo? Como evitar abordagens segmentadas e ao mesmo tempo lidar com as várias dimensões e eixos temáticos transversais da sustentabilidade?

Essas questões "metodológicas" associadas à finalidade de influenciar os tomadores de decisões políticas não se esgotaram na conversa. A parte da tarde permitiu mais um panorama de questões, sobre o conteúdo (político) dos debates sobre economia e governança, os desafios de se alterar padrões de produção, a defesa de direitos, o papel dos instrumentos de políticas públicas, etc.

Enfim, o processo está aberto. Cabe aos interessados se organizar melhor, encontrar os meios de participação, e buscar incidir, por dentro e por fora, nos processos das Nações Unidas e do governo brasileiro para a Rio+20

Anexo 1

Representantes de grupos da sociedade na Comissão nacional Rio+20

1) Conforme publicado na página na internet do MMA

II- Representantes da comunidade acadêmica

Titular – Sr. Jerson Lima da Silva

Suplente – Sr. Adalberto Luiz Val

Titular – Sra. Rute Maria Gonçalves de Andrade

Suplente – Sra. Vera Maria Fonseca de Almeida e Val

III - Representantes dos povos indígenas

Titular - Sr. Mariano Marcos Terena

Suplente – Sra. Lucia Fernanda Belfort Kaingang

Titular - Sr. Antônio Marcos Alcântara de Oliveira Apurinã

Suplente – Sr. Lisio Lili

IV - Representantes dos povos e comunidades tradicionais

Titular – Sr. José Rubens Pereira Gomes

Suplente – Sr. Ronaldo Santos

Titular - Sr. Pedro Ramos de Souza

Suplente – Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos

V - Representantes dos setores empresariais

Titular – Sra. Mônica Messenberg Guimarães

Suplente – Sra. Rosemeire Cristina dos Santos

Titular - Não houve entendimentos para definição entre as indicadas representantes do Setor

Suplente – Não houve entendimentos para definição entre as indicadas representantes do Setor

VI - Representantes dos trabalhadores

Titular – Sra. Rosicléia dos Santos

Suplente – Sr. Eliziário Noé Boeira Toledo

Titular - Sr. Carmem Helena Ferreira

Suplente – Sr. Aparecida Donizete da Silva

VII - Representantes das organizações não governamentais

Titular – Sr. Rubens Harry Born

Suplente – Sr. Mauri José Vieira Cruz

Titular - Sra. Fátima Vianna Mello

Suplente – Sra. Iara Pietricovsky de Oliveira

VIII - Representantes dos movimentos sociais

Titular – Sra. Mirian da Silva Pacheco Nobre

Suplente – Sr. Graciela Rodriguez

Titular - Sr. Thiago Alexandre Moraes

Suplente – Sra. Valkíria de Souza Silva

2) CONJUNTO SUGERIDO PELO CFSC DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A COMISSÃO RIO+20:

Representantes dos povos indígenas:

Titular: Comitê Inter Tribal - Marcos Terena

Suplente: INBRAPI – Fernanda Belfort Kaingang

Titular: COIAB – Marcos Apurinã

Suplente: ARPIPAN – Lisio Lili

Representantes dos povos e comunidades tradicionais:

Titular: GTA - Grupo de Trabalho Amazônico – José Rubens Pereira Gomes

Suplente: CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Quilombolas) - Ronaldo Santos

Nota: Tomamos conhecimento e não nos opomos às indicações abaixo, neste segmento:

Titular: CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas – Pedro Ramos de Souza
Suplente: MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores – Carlos Alberto Pinto dos Santos

Representantes dos trabalhadores:

Titular: CUT – Central Única dos Trabalhadores - Carmem Foro
Suplente: CUT – Central Única dos Trabalhadores - Donizete Aparecido Silva
Nota: O CFSC não tem posicionamento definido sobre as demais cadeiras neste segmento.

Representantes das organizações não governamentais:

Titular: FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Desenvolvimento e Meio Ambiente – Rubens Harry Born
Suplente: ABONG - Associação Brasileira de ONGs; GRAP - Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo - Fórum Social Mundial - Mauri Cruz Campi-
Titular: REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos - Fátima Mello
Suplente: Rede Brasil de Monitoramento das Instituições Financeiras Multilaterais - Iara Pietricovsky

Representantes dos movimentos sociais:

Titular: REJUMA - Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade - Thiago Moraes
Suplente: CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras e CENARAB - Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira - Valkiria Silva
Titular: MMM - Marcha Mundial das Mulheres – Miriam Pacheco Nobre
Suplente: AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras - Graciela Rodriguez

CGDS/Ministério das Relações Exteriores

Processo de preparação do Brasil para a Conferência Rio+20

28 de julho de 2011

1. Informações preliminares sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”)

De 28 de maio a 6 junho de 2012, será realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”), em celebração aos vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “Rio-92”. Será cumprido o seguinte programa: III Reunião do Comitê Preparatório (28 a 30 de maio), responsável pela negociação do documento final a ser adotado pela Conferência; “Dias Especiais” (31 de maio e 1, 2 e 3 de junho), com eventos voltados à sociedade civil sobre temas novos e emergentes; e a Conferência de Alto Nível (4 a 6 de junho).

2. A Rio+20 tem o potencial de ser o mais importante evento de política internacional dos próximos anos. O objetivo da Conferência é a renovação do compromisso internacional com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais Cúpulas sobre o tema e do tratamento de temas novos e emergentes. A Conferência deverá, assim, estabelecer a nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Os dois temas da Conferência são a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Espera-se que a Conferência conte com a participação de expressivo número de Chefes de Estado e de Governo, de delegações de todos os Estados-membros da ONU e de ampla representação da sociedade civil, em total estimado de 50 mil participantes.

Como país-sede e Presidente da Conferência, o Brasil trabalhará para que a Rio+20 alcance resultados efetivos e corresponda às expectativas, tanto do ponto de vista substantivo, quanto dos preparativos logísticos.

3. Para articular os eixos de participação do Brasil na Conferência, a Senhora Presidenta da República aprovou o Decreto 7.495, em 7 de junho último, pela qual criou a Comissão Nacional da Rio+20, composta por representantes do Governo e da sociedade. A Comissão Nacional conta com uma Secretaria-Executiva, presidida pelo Itamaraty, de que fazem parte os Ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsáveis pela elaboração da contribuição brasileira ao texto da Conferência nas áreas ambiental, econômica e social, respectivamente.

4. Com o objetivo de garantir processo inclusivo e transparente de elaboração das propostas do Brasil para a Conferência, e reconhecendo o papel fundamental que todos os setores da sociedade desempenham na busca do desenvolvimento sustentável, a Comissão realizará, por meio da Secretaria Executiva, amplo processo de consultas com representantes do Governo e da sociedade nos meses de setembro e outubro de 2011. Os resultados dessas consultas serão avaliados pela Comissão Nacional em meados de outubro, o que permitirá

ao Governo brasileiro obedecer ao prazo de envio de suas contribuições ao Secretariado da ONU, a saber, o dia 1º de novembro próximo. A partir dessas contribuições, o Secretariado da ONU preparará uma primeira minuta do documento final, que deverá ser objeto de negociações formais, com vistas à sua adoção durante a Conferência.

II. Temas da Conferência

- Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza

4. O Brasil, na qualidade de país-sede e Presidente da Conferência, tem acompanhado atentamente as discussões sobre os dois temas da Rio+20, buscando atuar no sentido da facilitação de entendimentos, para que a Conferência possa adotar decisões positivas e concretas em favor do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, tem notado que as discussões internacionais acerca da “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” encontram-se em estágio preliminar.

5. O tema da “economia verde”, proposto inicialmente pelos países desenvolvidos, encontrou resistência inicial de diversos países em desenvolvimento, devido ao temor de que a “economia verde” substituísse o conceito de desenvolvimento sustentável, que preserva o equilíbrio entre os objetivos do desenvolvimento econômico, da proteção ambiental, e da promoção do bem-estar social. Por essa razão, a Assembleia-Geral da ONU, na Resolução 64/236, que determinou a realização da Conferência, ressaltou o “contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” para as discussões sobre o tema. Como país-sede tanto da Rio-92, que consagrou, no plano internacional, o conceito do desenvolvimento sustentável, quanto da Rio+20, que se pauta por esse legado, o Brasil procura ressaltar as oportunidades de complementaridade e de sinergia que podem ser exploradas nesse novo debate.

6. Nota-se, nas discussões, que os países defendem que a “economia verde” deva ser uma ferramenta para o objetivo maior do desenvolvimento sustentável, um conjunto de opções de políticas sustentáveis, englobando atividades e programas que respondam às diferentes necessidades e realidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento, com vistas à consecução do objetivo mais amplo do desenvolvimento sustentável. Além disso, a economia verde não deveria ser um conceito divisor, que discrimine países que produzam ou não de forma “verde”, principalmente em vista das disparidades econômicas e tecnológicas entre os países. Não se deve perder de vista que a redução das desigualdades – em nível nacional e internacional – é um dos imperativos para a promoção do desenvolvimento sustentável no plano global.

- Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Multilateralismo e governança.

7. O tema da “estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável” deve ser entendido em quadro mais amplo: a necessidade de adequação das estruturas multilaterais de governança às realidades e desafios contemporâneos. Desde que o sistema das Nações Unidas foi criado no pós-Segunda Guerra Mundial, o arcabouço institucional para o tratamento das questões ligadas à sustentabilidade sofre modificações em apenas dois

momentos: a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como consequência da Conferência de Estocolmo de 1972; e o estabelecimento da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), como resultado da Rio-92. A criação do PNUMA atendeu à necessidade de dotar as Nações Unidas de um foro voltado à proteção ambiental, temática que ganhou força e substância no final da década de 1960. Já o estabelecimento da CDS respondeu à necessidade de coordenação e de integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável, conforme definidos no Rio de Janeiro: econômico, social e ambiental.

8. O esforço de aprimoramento da governança para o desenvolvimento sustentável deriva da necessidade do fortalecimento do multilateralismo como instrumento legítimo, por excelência, de ação coletiva para a solução de problemas globais. É por meio de debates democráticos e inclusivos, que respeitem as diferentes perspectivas e necessidades dos países, que se chegará a decisões que contem com o apoio efetivo e a vontade política necessários para a sua implementação. A via multilateral, além disso, facilita a criação de alianças que reforçam a cooperação internacional, fundamental para a consecução do objetivo do desenvolvimento sustentável. Ao sediar a Conferência, o Brasil reafirma seu compromisso com o multilateralismo para o enfrentamento dos desafios globais.

9. No caminho para a Rio+20, observa-se que as discussões sobre a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável são movidas por objetivos práticos: os países entendem que “a forma deve seguir as funções”, ou seja, deve-se primeiro determinar precisamente os objetivos a serem cumpridos pelas instituições (e compreender quais não vêm sendo cumpridos de forma satisfatória), para se desenhar reforma correspondente. Nota-se que eventuais dificuldades de chegar a consenso em negociações em alguns foros multilaterais (liberalização do comércio internacional, mudança do clima) não têm constituído obstáculo às discussões, servindo antes de incentivo aos países para reformar o sistema, no intuito de torná-lo mais eficiente.

10. Há dois aspectos sobre os quais o Brasil vem observando consenso geral dos países: a) necessidade de fortalecimento e melhor integração do pilar ambiental do desenvolvimento sustentável; e b) necessidade de melhor coordenação, diálogo e sinergias entre as instituições que compõem os pilares econômico, social e ambiental.

11. Sobre o primeiro ponto, muitos países têm defendido o fortalecimento do PNUMA, sediado em Nairóbi, no Quênia, sobretudo em suas atividades de apoio aos países à implementação dos compromissos ambientais e de capacitação de técnicos. Além disso, defendem a melhor interação entre os acordos multilaterais ambientais (que já são mais de 500), entre si e com o Programa, para evitar a duplicação de esforços e a adoção de decisões contraditórias entre si. Alguns defendem a transformação do PNUMA em agência especializada, sob a forma de uma Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Outros criticam a idéia, no sentido de que representaria um retrocesso conceitual de cinco décadas, ao novamente singularizar o meio ambiente, ao invés de integrá-lo no âmbito do desenvolvimento sustentável.

11. Sobre o segundo aspecto, referente à coordenação inter-institucional, os países defendem que as instituições de cada pilar do desenvolvimento sustentável tomem decisões

e implementem atividades a partir de orientação política, dada pelos Estados-membros, integrada, buscando avanços sinérgicos para as agendas social, ambiental e econômica.

Pontos que merecem atenção dos países são a interação entre as agências da ONU, tanto na formulação de políticas, quanto na implementação de projetos nos países; e a relação entre o sistema ONU com as demais instituições, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

12. No âmbito das estruturas, discute-se o futuro da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS), responsável pelo monitoramento da implementação da Agenda 21, mas que não tem cumprido plenamente a função para a qual foi criada. Como moldura integradora mais abrangente, consideram-se várias possibilidades, tais como a criação de uma organização “guarda-chuva”, coordenadora dos três pilares, ou de um novo Conselho de Desenvolvimento Sustentável. Idéia que vem angariando crescente apoio é a reforma do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), com a incorporação do pilar ambiental aos atuais econômico e social.

III. Processo de consultas

13. Para dar início ao processo de consultas com o Governo e a sociedade sobre a Conferência, sugerem-se alguns tópicos de discussão. A lista abaixo é apenas exemplificativa e novos elementos poderão ser adicionados durante as consultas.

O Brasil e a Conferência

- A Conferência deverá estabelecer a nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Para que o Brasil exerça a liderança desse processo, deverá apresentar propostas para uma agenda de vanguarda, que eleve os níveis de ambição dos atuais debates. Qual seria a contribuição do Brasil nesse contexto?
- Como poderá a Conferência causar impacto no debate interno sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil e contribuir para as necessárias transformações do país rumo à sustentabilidade?

Objetivo da Conferência

- Como poderá a Rio+20 assegurar a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável? Como poderá contribuir para o fortalecimento do multilateralismo, ultrapassando as divisões tradicionais (exemplo: Norte-Sul)?
- Quais são os principais avanços e lacunas na implementação dos documentos resultantes das Cúpulas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, 1992 e Joanesburgo, 2002)?
- Quais são os temas novos e emergentes que devem ser incluídos na nova agenda internacional do desenvolvimento sustentável? Quais temas contemplam, de forma equilibrada, as dimensões ambiental, social e econômica?

Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza

- A economia verde deve ser uma ferramenta do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, novos padrões de consumo e produção devem guiar as atividades econômicas, sociais e ambientais. Quais seriam esses novos padrões?

- Considerando o desafio da erradicação da pobreza, como a economia verde pode ser inclusiva? Quais são os instrumentos para a transição para a “economia verde inclusiva”?
- As políticas e instrumentos para a implementação da economia verde deverão variar de acordo com o contexto de cada país. Ainda assim, é possível que os Estados compartilhem experiências exitosas. Como poderia ser construído um repositório de idéias e melhores práticas, que efetivamente disseminem informações?

Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável

Como é possível integrar melhor as agendas e atividades das instituições responsáveis pelos pilares econômico, social e ambiental nas esferas internacional e nacional?

- Quais sugestões poderiam ser feitas para que a implementação de projetos de agências internacionais no País seja realizada de forma coordenada, evitando a duplicação de esforços? Como podem ser aproveitadas sinergias entre projetos implementados por agências internacionais, Governos e organizações da sociedade locais?